

**Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.**  
**CEASA**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

# Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA

## Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2012 e 2011

### Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Notas explicativas às demonstrações financeiras	5 - 29

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da  
Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA  
Campinas- SP

Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus

fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Portanto, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, os resultados das operações poderiam ser diferentes.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findados em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 05 de março de 2012, com ênfase idêntica a aqui apresentada.

São Paulo, 17 de março de 2013.

MACIEL & AUDITORES INDEPENDENTES S/S ME  
2CRC RS – 5460 – “S” – SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS – 71.505/O-3– “S” - SP  
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO  
1CRC 65.932/O-7- “S” – SP  
Responsável Técnica

# Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2012 e 2011

### 1 Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA (“CEASA” ou “Companhia”) é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas - SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A CEASA tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissão de espaço nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A CEASA executa por meio de termo de cooperação assinado com a Prefeitura de Campinas o programa de segurança alimentar e nutricional Banco de alimentos que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas e eventos. Através da Secretaria Municipal de Cidadania, Inclusão Social e Assistência são cadastradas 101 entidades assistenciais<sup>1</sup> da cidade. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas, também são atendidos outros pedidos em caráter de urgência conforme a demanda da secretaria, incluindo os abrigos municipais e outros projetos sociais, totalizando 106 entidades sociais. Esse programa tem atendido aproximadamente 45.000 pessoas mensalmente<sup>1</sup>. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre técnicas nutricionais, de combate ao desperdício e higiene e manipulação de alimentos.

A Companhia administra o convênio “Programa Municipal de Alimentação Escolar” da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 556 escolas<sup>1</sup>, municipais, estaduais e núcleos, localizados no município, conforme quadro abaixo:

---

<sup>1</sup> Informação não auditada.

**UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS EM 2012 POR TIPO DE ENSINO 556****CEI, Nave mãe, Emei ,Emef são Escolas Municipais =196**

<b>TIPO DE ENSINO</b>	<b>QUANTIDADE DE UNIDADES</b>
CEI (NAVE MÃE)	15
CEMEI	68
EMEI	72
EMEF	41
ESTADUAIS	160
NÚCLEOS	57
ENTIDADES	43
EJA	4
OUTROS <sup>1</sup>	2
UEF/FUMEC	94
<b>TOTAL</b>	<b>556</b>

<sup>1</sup>Escola de Música e Fanfarra Municipal

Com o intuito de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, formando e recuperando hábitos alimentares saudáveis, através de uma alimentação de qualidade e adequados à faixa etária e condições sócio- econômica, disponibilizamos 14 tipos de cardápios para as unidades. Realizamos controle de normas técnicas e higiênico-sanitária através de visitas realizadas pela equipe técnica do Ceasa. São, em média, 238 mil refeições<sup>1</sup> por dia, priorizando os alimentos *in natura* com mais frutas, verduras e legumes conforme quadro abaixo:

**REFEIÇÕES SERVIDAS EM 2012 POR TIPO DE ENSINO 238.480**

<b>TIPO DE ENSINO</b>	<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>MÉDIA MENSAL</b>	<b>MÉDIA DIÁRIA</b>
CEI (NAVE MÃE)	3.527.400	320.673	17.637
CEMEI	10.631.052	966.459	53.155
ENTIDADE	4.225.452	352.121	21.127
EMEI	3.273.631	297.603	16.368
EE FUNDAMENTAL	15.804.522	1.436.775	79.023
EE MÉDIO	2.464.076	224.007	12.320
EMEF	5.850.000	531.818	29.250
FUMEC / UEF	692.800	62.982	3.464
NÚCLEO	1.227.227	102.269	6.136
<b>TOTAL EM 2012</b>	<b>47.696.160</b>	<b>4.294.707</b>	<b>238.480</b>

O Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da Ceasa-Campinas movimentou no ano de 2012 em toneladas, 67 contra 63 em 2011, apresentando um acréscimo de 6,35%. O valor financeiro, em reais, movimentado em 2012 foi de R\$ 131.197.179,00 contra R\$ 115.151.000,00 em 2011, apresentando um acréscimo de 14%.

O Mercado de Hortifrúti da Ceasa-Campinas por sua vez, apresentou, no exercício de 2012, volume físico comercializado, da ordem de 687 toneladas (668 em 2011), resultando um aumento no volume de 2,80%, demonstrando o potencial desse mercado e sua importância quanto aos benefícios à população consumidora de hortigranjeiros de Campinas e região conforme quadro abaixo:

**Tabela 1.** Comparativo do volume comercializado em toneladas 2011/2012.

Mês	Quantidade (t) 2011	Quantidade (t) 2012	Comparativo (%)
Janeiro	54.743,5	53.252,3	-2,72
Fevereiro	52.369,8	57.674,2	10,13
Março	55.937,7	63.468,1	13,46
Abril	53.903,9	58.907,7	9,28
Mai	51.610,2	54.606,3	5,81
Junho	48.856,2	51.418,0	5,24
Julho	53.279,0	52.709,2	-1,07
Agosto	57.188,3	59.079,4	3,31
Setembro	57.589,9	54.314,3	-5,69
Outubro	59.383,3	60.791,4	2,37
Novembro	57.976,7	58.712,8	1,27
Dezembro	65.342,3	61.981,9	-5,14
<b>Total</b>	<b>668.180,70</b>	<b>686.915,6</b>	<b>2,80</b>

Fonte: CEASA CAMPINAS – DMH / Orientação e Estatística.

A comercialização do Mercado de Hortifrutigranjeiros da Ceasa-Campinas do exercício de 2012 foi de R\$ 1.158.736.717,52 e comparado ao exercício de 2011 no valor de R\$ 1.061.886.820,29, teve alta de 9,12%.

As doações de hortifrúti dos permissionários da CEASA somam mensalmente 305 toneladas<sup>1</sup> em média e beneficiam cerca de 12.500 famílias<sup>1</sup> em mais de 74 bairros<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Informação não auditada

## **2 Base de preparação**

### ***a. Declaração de conformidade com relação às normas CPC***

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas por não haver valores a serem apresentados sob esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 06 de março de 2013.

### ***b. Base de mensuração***

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### ***c. Moeda funcional e moeda de apresentação***

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### ***d. Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras com a finalidade da transição para as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.



## ***a. Instrumentos financeiros***

### *i. Ativos financeiros não derivativos*

Os principais instrumentos financeiros ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata.

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

### *ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### *iii. Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### *iv. Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação.

**c. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na sua realização, utilizando como critério a análise individualizada de cada permissionário.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão (quando aplicável) para refletir o valor realizável líquido.

**e. Investimentos**

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

**f. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, deduzido dos efeitos fiscais.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

## *ii. Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

## *iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de componente. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<b>Vida útil</b>
• Edificações	15 a 45 anos
• Instalações	10 anos
• Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
• Urbanizações	10 a 25 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	4 a 5 anos
• Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **g. Ativos intangíveis**

### *i. Reconhecimento e mensuração*

Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. É composto basicamente por direito de uso de *softwares*.

### *ii. Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### *iii. Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os direitos de uso de *softwares* é de 5 anos.

## **h. Redução ao valor recuperável**

*i. Ativos não financeiros*

Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, têm em seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

*ii. Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado, quando aplicável, é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*i. Provisões*

Uma provisão é reconhecida, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

*j. Benefícios a empregados*

*i. Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

*k. Receita operacional*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a

possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

*i. Permissão de uso - CEASA*

Consistem nas receitas de tarifas (aluguéis) derivadas da permissão de áreas nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados e Varejões.

*ii. Convênio - Prefeitura de Campinas*

Consiste nos repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para cobrir os custos com os convênios Programa de Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

### ***Tributação***

*i. Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de rendacorrentes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

*ii. Tributos indiretos*

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

- Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS): 0% a 18, alguns itens possuem base de cálculo reduzida entre 38,89% e 66,66%;
- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas na demonstração do resultado.

## **4 Gerenciamento de risco financeiro**

### *Visão geral*

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

### *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionário e efetua aplicações somente em instituições financeiras de primeira linha.

### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, em a que há possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos avindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimentos e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Bancos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	<u>3.829</u>	<u>1.597</u>
	<u>3.829</u>	<u>1.597</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa (CDI), possuem liquidez imediata, a qualquer momento podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Companhia.

Fundos de Investimento Diários, resgate e aplicação automáticos.

## 6 Contas a receber

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Partes relacionadas (nota 7)	<u>3.362</u>	8.534
Permissionários a receber	<u>663</u>	<u>1.064</u>
	<u>4.025</u>	<u>9.598</u>
<i>Aging list</i> (Permissionários a receber)	<b>2012</b>	<b>2011</b>
A vencer	293	562
Vencidos de 1 a 30 dias	253	253
Vencidos de 31 a 60 dias	98	110
Vencidos de 61 a 90 dias	14	37
Vencidos a mais de 90 dias	<u>5</u>	<u>102</u>
	<u>663</u>	<u>1.064</u>

## 7 Transações com partes relacionadas

A parte controladora final é Prefeitura Municipal de Campinas (“PMC”).

Segue-se resumo das transações com empresas ligadas:

		<b>Prefeitura do Município de Campinas</b>	
		<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ativo circulante			
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)		3.362	8.498
Convênio - Banco de alimentos (b)		=	36
		<u>3.362</u>	<u>8.534</u>
Passivo circulante			
Convênio –Banco de Alimentos		<u>6</u>	—
		<u>6</u>	—
		<b>Prefeitura do Município de Campinas</b>	
		<b>2012</b>	<b>2011</b>
	<b>Nota</b>		
Repasse - PMC			
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)		51.674	39.006
Convênio - Banco de alimentos (b)		<u>499</u>	<u>435</u>
	19	<u>52.173</u>	<u>39.441</u>
Despesas/custos			
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)		(51.476)	(38.707)
Convênio - Banco de alimentos (b)		<u>(499)</u>	<u>(435)</u>
		<u>(51.975)</u>	<u>(39.142)</u>



As transações com partes relacionadas são realizadas nas condições descritas abaixo.

**a. Programa de Alimentação Escolar**

Refere-se a valores a receber decorrentes dos custos do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas.

**b. Convênio Banco de Alimentos**

Refere-se a valores a receber decorrentes dos custos para execução do convênio Banco Municipal de Alimentos.

***Remuneração da Administração***

Em 2012, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção, Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 442(R\$ 389 em 2011), e inclui salários e honorários.

**8 Estoques**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Gêneros alimentícios - Programa de Alimentação Escolar	107	166
Material para consumo próprio da CEASA	<u>102</u>	<u>142</u>
	<u>209</u>	<u>308</u>

## 9 Imobilizado

	Edificações	Terrenos	Urbanizações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento (*)	Outros	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2011</b>											
Líquido	<u>102.007</u>	<u>40.326</u>	<u>13.727</u>	<u>769</u>	<u>682</u>	<u>255</u>	<u>52</u>	<u>14</u>	<u>360</u>	<u>214</u>	<u>158.406</u>
<b>Movimentação</b>											
Adições	865	-	-	75	39	77	4	-	-	1	1.061
Baixas	-	-	-	-	-	-	(1)	(116)	(360)	-	(477)
Depreciação	(4.069)	-	(752)	(118)	(145)	(120)	(10)	(8)	-	(29)	(5.251)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	1	116	-	-	117
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>											
Custo ou custo atribuído	110.713	40.326	15.534	1.245	1.530	802	199	374	-	318	171.041
(-) Depreciação acumulada	<u>(11.910)</u>	<u>-</u>	<u>(2.559)</u>	<u>(519)</u>	<u>(954)</u>	<u>(590)</u>	<u>(153)</u>	<u>(368)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>	<u>(17.185)</u>
Líquido	<u>98.803</u>	<u>40.326</u>	<u>12.975</u>	<u>726</u>	<u>576</u>	<u>212</u>	<u>46</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>186</u>	<u>153.856</u>
<b>Movimentação</b>											
Adições	-	-	-	3	16	110	14	196	-	2	341
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(4.076)	-	(752)	(120)	(145)	(115)	(9)	(15)	-	(31)	(5.263)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>											
Custo ou custo atribuído	110.713	40.326	15.534	1.248	1.546	912	213	571	-	320	171.383
(-) Depreciação acumulada	<u>(15.986)</u>	<u>-</u>	<u>(3.311)</u>	<u>(639)</u>	<u>(1.099)</u>	<u>(705)</u>	<u>(162)</u>	<u>(384)</u>	<u>-</u>	<u>(163)</u>	<u>(22.449)</u>
Líquido	<u>94.727</u>	<u>40.326</u>	<u>12.223</u>	<u>609</u>	<u>447</u>	<u>207</u>	<u>51</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>157</u>	<u>148.934</u>

(\*) Em 2010, referia-se a projeto estrutural para coberturas metálicas das plataformas, que foi concluído em 2011.

### a. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 1º de dezembro de 2010, foi emitido o laudo de avaliação pela empresa E. Cunha Consultoria Empresarial Ltda., tendo como data-base o mês de dezembro de 2010.

O referido laudo foi aprovado pela Assembleia de Acionistas em 29 de dezembro de 2010. O resultado dessa avaliação está a seguir demonstrado:

	Valor avaliado	Valor contábil líquido	Mais-valia em 01/12/10	Efeito de 2010	Mais-valia em 01/01/10
Edificações	102.343	4.745	97.598	3.422	101.020
Terrenos	40.326	627	39.699	-	39.699
Urbanizações	<u>13.790</u>	<u>534</u>	<u>13.256</u>	<u>629</u>	<u>13.885</u>
Totais	<u>156.459</u>	<u>5.906</u>	<u>150.553</u>	<u>4.051</u>	<u>154.604</u>

A mais-valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da conta ajustes de avaliação patrimonial integrante do patrimônio líquido da Companhia. O valor avaliado das edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação.

## 10 Intangível

	<b>Direitos de uso de software (*)</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>		
Custo	223	215
(-) Amortização acumulada	<u>(174)</u>	<u>(149)</u>
Saldo no início do exercício, líquido	<u>49</u>	<u>66</u>
Adições	37	8
Baixas	-	-
Amortização	(20)	(25)
Baixas de amortização	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo no final do exercício</b>		
Custo	260	223
(-) Amortização acumulada	<u>(195)</u>	<u>(174)</u>
Saldo no final do exercício, líquido	<u>65</u>	<u>49</u>

(\*) Refere-se a licenças de uso de software para a Companhia.

## 11 Fornecedores

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	2.436	6.594
Permissão de uso - CEASA	802	718
Convênio - Banco Municipal de Alimentos	17	13
	<u>3.255</u>	<u>7.325</u>

## 12 Salários e encargos sociais

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Provisão para férias	864	946
Encargos com INSS	182	158
Encargos com FGTS	62	53
Outros	<u>2</u>	<u>5</u>
	<u>1.110</u>	<u>1.162</u>

## 13 Outras contas a pagar

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Parcelamento PMC - IPTU	-	153
Parcelamento PMC - Aterro sanitário	-	92
Outros	<u>265</u>	<u>296</u>
	<u>265</u>	<u>541</u>

O saldo apresentado em 2011 foi pago reduzindo, substancialmente pelo valor do parcelamento junto a Prefeitura Municipal de Campinas do IPTU sobre a construção de posto de combustível e da taxa de depósito de lixo no aterro sanitário. Tais valores não foram rateados aos permissionários no exercício de 2012, sendo a despesa assumida pela Companhia.

## **14 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

### ***a. Ativo fiscal diferido***

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre as diferenças temporárias.

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Diferença temporária</b>			
Provisão para contingências	15	524	845
(x) Alíquota combinada do IR e CSLL		<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>18.b</u>	<u>178</u>	<u>287</u>

### ***b. Passivo fiscal diferido***

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre ajuste de avaliação patrimonial, constituído em 1º de dezembro de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 9.a.

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>			
Custo atribuído (mais valia)	9.a	154.604	154.604

(-) Depreciação acumulada (mais valia) (a)		<u>(13.603)</u>	<u>(9.018)</u>
(=) Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		<u>141.001</u>	<u>145.586</u>
(x) Alíquota do IR e CSLL		34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>47.940</u>	<u>49.499</u>
Movimentação no exercício	18.b	<u>1.559</u>	<u>1.559</u>

(a) A movimentação da depreciação acumulada referente ao custo atribuído no exercício de 2012 foi de R\$ 4.585 (R\$ 4.585 em 2011).

## 15 Depósitos judiciais e provisões

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável (provável em 2011), nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores atualizados dos processos em dezembro de 2.012.

<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Perspectiva de perda</u>	<u>Depósitos</u>

	Remota	Possível	Provável	Total	Provisão	judiciais relacionados	Líquido	Líquido
Trabalhistas - CEASA	114	2.732	200	3.046	200	(19)	181	183
Trabalhistas -Terceiros	389	62	233	684	233	(60)	173	365
Cíveis	<u>113</u>	<u>3</u>	<u>91</u>	<u>207</u>	<u>91</u>	<u>(8)</u>	<u>83</u>	<u>201</u>
	<u>616</u>	<u>2.797</u>	<u>524</u>	<u>3.937</u>	<u>524</u>	<u>(87)</u>	<u>437</u>	<u>749</u>

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	745	215	960
Provisões constituídas durante o exercício	231	-	231
Provisões revertidas durante o exercício	<u>(338)</u>	<u>(8)</u>	<u>(346)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	638	207	845
Provisões constituídas durante o exercício	292	51	343
Provisões revertidas durante o exercício	<u>(497)</u>	<u>(167)</u>	<u>(664)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>433</u>	<u>91</u>	<u>524</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Ativo não circulante			Passivo não circulante (depósitos judiciais relacionados a provisões para contingências)		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>171</u>	<u>6</u>	<u>177</u>
Baixas	-	-	-	(49)	-	(49)
Reclassificação/Atualização	<u>32</u>	<u>-</u>	<u>32</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(32)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>32</u>	<u>=</u>	<u>32</u>	<u>90</u>	<u>6</u>	<u>96</u>
Baixas	-	-	-	(26)	-	(26)
Reclassificação/Atualização	<u>(15)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>15</u>	<u>2</u>	<u>17</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>17</u>	<u>=</u>	<u>17</u>	<u>79</u>	<u>8</u>	<u>87</u>

**a. *Trabalhistas - CEASA***

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável (provável em 2011), no montante de R\$ 200 (R\$ 197 em 2011), para as quais havia R\$ 19 (R\$ 14 em 2011) em depósitos judiciais relacionados.

Para que a situação patrimonial da companhia fique de acordo com a realidade econômica, em 2012 foram adotadas as atualizações monetárias mensalmente, visto que podem gerar distorções no resultado no futuro, principalmente se o valor for relevante.

**b. *Trabalhistas - Terceirizadas/ Indenizações judiciais a pagar***

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais com os reclamantes. Esses acordos estão sendo aceitos e, em média, proporcionam desembolsos em torno de 86% do valor das causas. A Administração adota como prática a reversão da provisão relacionada ao processo objeto do acordo, registrando no mesmo instante a despesa com indenizações trabalhistas judiciais que serão liquidadas conforme cronograma de datas especificado nas atas dos acordos.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável (provável em 2011), no montante de R\$ 233 (R\$ 441 em 2011), para as quais havia R\$ 60 (R\$ 76 em 2011) em depósitos judiciais relacionados.

**c. *Cíveis***

Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável (provável em 2011), no montante de R\$ 91 (R\$ 207 em 2011), para as quais havia R\$ 8 (R\$ 6 em 2011) em depósitos judiciais relacionados.

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia é composto por 856.222.316 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	<b>Quantidade de quotas</b>	<b>%</b>
Prefeitura Municipal de Campinas	856.136.694	99,99
Outros	<u>85.622</u>	<u>0,01</u>
	<u>856.222.316</u>	<u>100,00</u>

### b. Retenção de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 847 (R\$ 1.267 em 2011), compõe o saldo da conta reserva de lucros e integra a proposta de destinação de resultados a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, como retenção de lucros, em linha com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo decorre do fato de a Companhia ter registrado, com base em laudo de avaliação de especialista, o custo atribuído de seu ativo imobilizado conforme descrito na Nota Explicativa nº 9. A contrapartida da avaliação positiva foi registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos reflexos tributários (Nota Explicativa nº 14.b), como ajuste de avaliação patrimonial.

## 17 Benefícios a empregados

A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, cartão vale alimentação, cartão vale refeição, vale transporte, formação profissional e uniforme. No exercício de 2012 os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 1.405 (R\$ 1.327 em 2011), correspondentes respectivamente, 2,36% e 2,85%, de sua receita operacional líquida.



## 18 Provisão para imposto de renda e contribuição social

### a. Corrente

	2012			2011		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo antes dos impostos	(3.555)	(3.555)		(3.340)	(3.340)	
(+) Adições						
Permanentes	4.866	4.885		4.979	4.998	
Temporárias	41	41		246	246	
(-) Exclusões						
Permanentes	(1.042)	(1.042)		(737)	(737)	
Lucro real/base de cálculo da CSLL	310	329		1.148	1.167	
Compensação de prejuízo fiscal - 30% sobre lucro real	-	-		(263)	-	
Compensação de base negativa - 30% sobre saldo negativo	-	(99)		-	(350)	
Lucro Real/base de cálculo da CSLL após compensação de prejuízos fiscais	310	230		885	817	
Imposto de renda - alíquota 15% + adicional 10% (R\$ 90)	(54)	-		(197)	-	
Contribuição social - alíquota 9%	-	(21)		-	(74)	
Outras compensações	-	-		6	-	
Total do imposto de renda e contribuição social	(54)	(21)	(75)	(191)	(74)	(265)

**b. Diferido**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possuía saldo de prejuízo fiscal. Apresentava no final do exercício de 2012 saldo de R\$ 172 referente a base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e R\$ 271 em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia não efetuou a provisão de Imposto de renda e Contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Em 2012 e 2011 a Companhia constituiu tributos diferidos sobre as diferenças temporárias.

	<b>Nota</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Diferenças temporárias	14.a	178	287
Realização do custo atribuído ( <i>deemedcost</i> )	14.b	<u>1.559</u>	<u>1.559</u>
		<u>1.737</u>	<u>1.846</u>

**19 Receita operacional líquida**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços - Permissão de uso - CEASA	8.437	8.181
Repasse de convênios - Prefeitura de Campinas (nota 7)	<u>52.173</u>	<u>39.441</u>
	60.610	47.622
Impostos	(892)	(936)
Devoluções e cancelamentos	<u>(119)</u>	<u>(102)</u>
Receita operacional líquida	<u>59.599</u>	<u>46.584</u>

## 20 Despesas administrativas

	2012	2011
Despesas líquidas de pessoal	(4.632)	(4.085)
Despesas líquidas de serviços	(994)	(1.078)
Despesas líquidas de material de consumo	(98)	(243)
Despesas líquidas tributárias	(177)	(212)
Despesas líquidas administrativas	(516)	(127)
Reversões (constituição) de provisões	<u>280</u>	<u>105</u>
	<u>(6.137)</u>	<u>(5.640)</u>

## 21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

## 22 Demonstração do EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não faz parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente não foi analisada pelos nossos auditores independentes. Adicionalmente, esse indicador não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações financeiras, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Prejuízo do exercício	(2.179)	(1.759)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	74	265
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.449)	(1.846)
Depreciação/amortização	<u>5.284</u>	<u>5.276</u>
EBITDA	<u>1.730</u>	<u>1.936</u>

## 23 Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros registrados no balanço estão representados principalmente pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, outros créditos e demais contas a pagar, que estão atualizados monetariamente,

conforme descrito a seguir. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros na forma de derivativos, hedges ou similares.

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	3.829	1.597
Contas a receber(nota 6)	4.025	8.598
Outros créditos (circulante e não circulante)	94	94
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores (nota 11)	3.255	7.325
Transações com partes relacionadas (não circulante)(nota 7)	6	-
Demais contas a pagar (nota 13)	265	541

### ***Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia***

#### ***Risco de crédito***

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações financeiras somente em instituições financeiras de primeira linha.

#### ***Risco de taxa de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

#### ***Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros***

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas pelo CDI. A análise da sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração) está demonstrada no quadro a seguir:

### Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade

---

#### Valores atrelados ao CDI

Operação/risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual da Selic no período	8,50%	8,50%	8,50%
Ativo - Aplicações financeiras	3.829	3.829	3.829
Taxa estimada de acordo com os cenários	8,50%	6,38%	4,25%
Efeito no rendimento do ativo, líquido Diminuição	-	( 81)	(162)

\* \* \*